

Fatores determinantes no entendimento sobre turismo: uma breve discussão a partir das perguntas apresentadas por discentes iniciantes

Anna Karenina Chaves Delgado

Doutora em Administração, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Brasil.

Professora EBTT do Instituto Federal de Educação de Pernambuco (IFPE), Brasil.

E-mail: anna.chaves@cabo.ifpe.edu.br

Resumo

Os alunos iniciantes no estudo do turismo deparassem com a necessidade de compreender o que significa de fato o termo (turismo), conseguindo diferenciá-lo de fenômenos que podem mostrar-se similares, a exemplo de mobilidade, deslocamento, férias ou viagem, mas que apresentam diferenças significativas. Considerando que há alunos que chegam a graduação com uma ideia sobre turismo baseada exclusivamente no senso comum, podem apresentar alguma dificuldade inicial em perceber as minúcias associada ao entendimento sobre turismo, especialmente no que se refere a dissimilaridades com relação a outras modalidades de deslocamento. Assim, ao longo de seis anos de docência em componentes curriculares iniciais de cursos (superiores e técnicos subsequentes) relacionados ao estudo do turismo, ofertados em uma instituição federal de ensino foram compiladas as principais dúvidas apresentadas pelos discentes iniciantes e a partir destas realizou-se uma pesquisa bibliográfica buscando responder aos questionamentos a luz de pesquisas desenvolvidas por estudiosos da área. Notou-se que aspectos como mobilidade, temporalidade, novas relações estabelecidas entre trabalho, lazer e viagens, entre outros aspectos, tem tornado a criação de uma definição única sobre turismo mais complexa, requerendo dos novos discentes a busca pelo desenvolvimento de um senso crítico para que entendam de forma ampla os fatores determinantes do turismo.

Palavras-chave: Turismo. Definição. Fatores determinantes. Reflexão.

1 INTRODUÇÃO

Os discentes que iniciam seus estudos em turismo deparam-se com a necessidade de entender o que vem a ser turismo. Apesar da compreensão do termo parecer fácil, observa-se que expressões como viagem, excursionismo, viagens por prazer, lazer, ato de se deslocar, mobilidade, férias, etc. são frequentemente considerados sinônimos, o que mostra uma visão limitada e simplista, ou mesmo, leiga (PANOSSO NETTO, 2010) do turismo. Assim, torna-se necessária a discussão de aspectos básicos relacionados a sua caracterização que podem levar a uma compreensão mais realista do fenômeno, transformando a visão leiga em acadêmico-científica. Por outro lado, deve-se observar

que, por se tratar de uma área em que as pesquisas não estão estabilizadas, há aspectos, relacionados a limitação do campo, que não são consenso.

2 CONSTRUÇÃO DO ENTENDIMENTO SOBRE TURISMO

A primeira referência oficial a palavra ‘turismo’ é feita pelo dicionário Oxford de inglês em 1811 (LEIPER, 1983), como sendo a teoria e a prática de ir e voltar (PANOSSO NETTO, 2010). Para Fuster (1974), tem-se menção na Inglaterra a expressão ‘*to take a turn*’ em 1746, que influenciada pela língua francesa se transforma em ‘*to make a tour*’. No entanto, segundo Oliveira (2001), as palavras *tourism* e *tourist* são de origem inglesa e aparecem, pela primeira vez, em documentos não especificados na Inglaterra em 1760.

Há possibilidades relacionadas a origem da palavra *tour*, tem-se a alusão a uma ferramenta grega circular, mas também ao seu contexto francês de ‘torre’ (LEIPER, 1983). Outra possibilidade apontada por Arthur Haulot em 1961 é que *tur* tem origem hebraica com o significado de ‘viagem de reconhecimento’ (FUSTER, 1974). A palavra *tour* populariza-se nos anos de 1700, devido a denominação das viagens educacionais realizadas por jovens ingleses – *grand tour* - e por obras escritas na época, especialmente ‘*a tour through the whole island of britain*’ de Daniel Defoe, datado de 1720 (LEIPER, 1979, 1983). Outra possibilidade é que seja o sobrenome de uma família francesa, que recebeu o monopólio real para providenciar viagens e acomodações a visitantes ingleses, assim, utiliza-se ‘fazer um *tour*’ como sinônimo de viagem (LEIPER, 1983). A expressão se disseminou, originando seus derivados (turismo e turista).

Apesar da popularização dos termos, não houve a realização de estudos ou definições que mostrassem aspectos técnicos relacionados ao entendimento do turismo, estas ocorrem de forma ampla com a escola de Berlim, através do Instituto de Investigação em Turismo fundada por Robert Glücksmann, Adolf Grünthal, Leopold von Wiese, entre outros associados, em outubro de 1929 (PANOSSO NETTO; JÄGER, 2016).

No entanto, antes mesmo da constituição da escola de Berlim, houve trabalhos científicos sobre turismo, o primeiro deles foi o relatório oficial sobre a indústria hoteleira da Suíça de 1883 escrito por Eduard Guyer-Freuler, outra produção da área, do mesmo autor, foi o ‘dicionário manual de economia, política social e administração’, onde uma das primeiras definições de turista foi escrita em 1905. No mesmo ano, Josef Stradner publicou um livro denominado ‘turismo, um estudo econômico’ (PANOSSO NETTO, 2010).

Além da escola de Berlim tem-se outros grupos que estudam diferentes aspectos. A escola polonesa é a primeira a abordar o sujeito do turismo como objeto de pesquisa, isto fez com que essa desenvolvesse um viés psicológico em seus estudos. Enquanto a escola francesa apresenta um direcionamento social (ACERENZA, 2002). Já a escola norte-americana cria a denominação ‘indústria turística’, sendo caracterizada como a estrutura de atendimento no local de origem do turista, incluindo transportadoras e equipamentos receptivos (BARRETTO, 2014), enfatizando o turismo como negócio. Ainda se observam contribuições da escola portuguesa, as quais a partir do turista e da multiplicidade de agentes procuram criar definições para o turismo (BENI, 2019).

Em conjunto com os estudos promovidos pelas diferentes escolas do turismo, tem-se um esforço em promover um maior entendimento sobre turismo / turista visando sua mensuração (MOESCH, 2005), isto porque a falta de uma definição que trace fronteiras entre turismo e outras atividades econômicas, torna problemática a avaliação de seus

impactos econômicos, por essa razão, órgãos governamentais e organizações internacionais se preocupam com a criação de definições técnicas (GILBERT, 1990).

Assim, existem diferentes entendimentos sobre turismo, que destacam aspectos voltados aos campos de estudo de cada pesquisador ou fatores do turismo vistos como relevantes. De acordo com Beni (2019) e Leiper (1979), tem-se três tendências dentro das definições de turismo, essas são econômica, técnica e holística. Independentemente do campo enfatizado, ao fazer uma síntese dos principais aspectos das definições de turismo pode-se observar premissas indispensáveis para que o turismo aconteça (LEIPER, 1979; GILBERT, 1990; CUNHA, 2012; BENI, 2019), essas segundo Beni (2019) são viagem/deslocamento, permanência fora do domicílio, temporalidade e objeto do turismo.

2.1 Viagem ou Deslocamento

Pode parecer lógico que a atividade turística acontece quando o turista se desloca fisicamente, essa ‘necessidade’ é afirmada desde o surgimento do turismo. No entanto, a prática turística não depende apenas do deslocamento, caso o fosse, as civilizações antigas seriam as fundadoras do turismo, e turismo seria sinônimo de viagem.

O turismo surge pela confluência de elementos humanos e não-humanos (FRANKLIN, 2004; URRY; LARSEN, 2011; REN, 2021) na expansão do sistema capitalista. A Inglaterra reunia as condições mais favoráveis, assim, a primeira iniciativa acontece neste país por ação de Thomas Cook. A tecnologia favoreceu o surgimento do turismo, isto porque além dos meios de comunicação, as linhas férreas e trens europeus tiveram papel fundamental (FRANKLIN, 2004), assim como, os aviões a jato, *motor home* e ônibus auxiliaram na configuração do turismo como uma atividade de massa.

Se por um lado o desenvolvimento tecnológico contribui para a expansão do turismo, por outro, as tecnologias de imersão, como a realidade virtual, simulações e realidade aumentada, levam ao questionamento sobre a exigência do deslocamento físico para a realização do turismo. Seriam as tecnologias capazes de promover uma reconfiguração do turismo tornando irrelevante o deslocamento físico?

Para discutir essas questões, deve-se entender o que é realidade virtual e aumentada. O principal diferencial é que na realidade aumentada tem-se uma mistura entre ambiente real e virtual, enquanto na primeira o foco é o virtual. Hounsell et al. (2020), afirmam que a realidade aumentada é o enriquecimento do ambiente físico com objetos sintetizados computacionalmente, promovendo sua coexistência, enquanto a realidade virtual é a incursão em um mundo cibernético, sendo mais utilizada a realidade aumentada do que a virtual, e essa utilização ocorre no turismo.

As tecnologias de realidade virtual e aumentada são utilizadas como ferramentas para a promoção de destinos turísticos e empreendimentos de hospitalidade (JARRATT, 2021; MERKX; NAWIJN, 2021; BUHALIS, 2020; TAUFER; FERREIRA, 2019), tendo levado organizações a reconfiguração de suas estratégias, promovendo maior interação entre as pessoas e democratizando viagens para visitantes que possuem alguma limitação – a exemplo de barreiras de mobilidade, visual, auditiva, cognitiva ou física - (BUHALIS, 2020), a partir da utilização de óculos de realidade virtual (VR), vídeos 360°, etc., torna-se possível ‘conhecer’ diferentes lugares, formatando o que é visto como ‘turismo’ virtual.

Zhang et al. (2022), Nautiyal e Polus (2022) observam a importância das iniciativas de ‘turismo’ virtual durante a pandemia da covid-19. Além disto, a criação de novas realidades – virtual ou aumentada - pode auxiliar na preservação de destinos ao

substituir *tours* físicos. Guttentag (2010), no entanto, observa que a realização de *tour* virtual motiva o ‘visitante’ a conhecer o local fisicamente, assim, seria mais uma ferramenta de divulgação (JARRATT, 2021) do que preservação ou uma prática turística.

Através das tecnologias pode-se ‘recriar’ ambientes que não existem (RODRIGUES, 1996), proporcionando uma experiência que não seria vivida tradicionalmente. Outra vantagem dos *tours* virtuais é o valor reduzido (JARRATT, 2021).

Apesar das questões discutidas sobre os *tours* virtuais, entende-se que quando se fala em ‘turismo’ virtual (PILARSKA; TOMCZKOWSKA, 2018) ou *etourism* (BUHALIS, 2020), esse não se trata de uma prática única, pois envolve várias formas de articulação/ operacionalização entre as tecnologias de informação e comunicação (TIC) com o turismo (ZHANG et al., 2022), podendo estar relacionada a realidade aumentada – adicionando novas experiência a uma viagem turística tradicional, servir como estratégia de *marketing* para divulgação de destinos turísticos/ atrativos, etc. - ou a realidade virtual.

Apesar dos nomes envolverem o termo turismo, oficialmente, de acordo com definições criadas por órgãos oficiais, para que o turismo aconteça é indispensável o deslocamento físico. Ainda que esse seja fundamental para a constituição do turismo, pode-se ter outras dúvidas relacionadas a natureza do deslocamento. Será que para ser considerado turismo há a necessidade da transposição geográfica de fronteiras? Qual distância física deve ser percorrida pelo indivíduo para que o turismo aconteça?

2.2 Permanência fora do Domicílio

Nas definições de turismo é comum a utilização dos termos permanência fora do: ‘domicílio’, ‘entorno habitual’, residência habitual’, ou mesmo ‘local de convivência’. As expressões mostram que o deslocamento se dá para local que não é convencionalmente frequentado pelo visitante, ou seja, não faz parte da rotina.

Atualmente o entendimento sobre mobilidade mostra-se diferente daquela que se tinha quando as primeiras definições de turismo surgiram. Sendo assim, Hue (2009) observa que há uma incapacidade dos conceitos e definições do turismo, no sentido de conseguir abordar adequadamente as mobilidades complexas, pois tem-se uma limitação em como as espacialidades podem ser percebidas.

Enfatizando a ideia da disruptura no entendimento sobre mobilidade pelo turismo, Cohen e Cohen (2012), observam que surgiu uma nova corrente teórica dentro dos estudos sociológicos de turismo – ‘*mobility turn*’ -, o qual questiona como a mobilidade pode ser vista, dessa maneira, o turismo seria apenas um subconjunto de um complexo heterogêneo de mobilidades que incluem migração, emigração, transnacionalismo, diásporas, entre outros fenômenos contemporâneos.

Há questões como múltiplas residências, indivíduos sem definição clara de residência (nômades), emigração/ migração, além disso, há a construção da percepção social sobre mobilidade. Neste sentido, é difícil perceber um único local como sendo casa, enquanto os ‘outros’ são vistos como turísticos, tem-se uma mistura (COHEN; COHEN, 2012; HUE, 2009). Há uma proliferação dos lugares turísticos, assim como, os locais do cotidiano são ressignificados no modo turístico (COHEN; COHEN, 2012). Dessa forma, como estabelecer a linha que separa os lugares para entender quando se está ‘fora do entorno habitual’?

Um aspecto a ser percebido é a possibilidade de se ter muitos lugares caracterizados como ‘entorno habitual’. Neste sentido, tem-se as expressões ‘residência’ e ‘domicílio’ com diferentes significados. No código civil brasileiro, título III, em seus artigos 70, 71 e 72, são definidos os aspectos relativos a domicílio e residência, a saber:

O domicílio da pessoa natural é o lugar onde ela estabelece a sua residência com ânimo definitivo [...]. Se, porém, a pessoa natural tiver diversas residências, onde, alternadamente, viva, considerar-se-á domicílio seu qualquer delas [...] É também domicílio da pessoa natural, quanto às relações concernentes à profissão, o lugar onde esta é exercida [...] Se a pessoa exercer profissão em lugares diversos, cada um deles constituirá domicílio para as relações (BRASIL, 2002).

Diferente de residência, domicílio incorpora aspectos laborais e não apenas o(s) local(is) de moradia. Transportando os conceitos para o turismo, nota-se que a utilização da expressão fora do domicílio torna-se mais adequada a definição de turismo, já que o deslocamento para atividade laboral não é percebido como turismo. O conceito de domicílio não incorpora outras atividades frequentes, mas vai além da moradia. Por outro lado, tanto domicílio como residência, adquirem caráter múltiplo.

Isto implica que ao utilizar a expressão ‘fora do domicílio’, deve-se adicionar ‘habitual’ ou ‘permanente’ para considerar o turismo de segunda residência. Indivíduos que possuem dois ou mais domicílios/ residências, podem realizar turismo em um ou mais destes, desde que não estejam em sua moradia permanente.

A frequência é um indicador importante para entender as práticas turísticas. Deslocamentos em espaços habituais de convívio, como trabalho, escola, compras, etc., mesmo que não sejam de vivência habitual – como imigrantes, diplomatas ou forças armadas em missões – não são vistos como turismo (PALHARES, 2002). Mas, deslocando-se para localidades não habituais pode-se ter turismo.

Há países que estabelecem uma distância a ser percorrida, na Nova Zelândia para que o turismo aconteça é necessário percorrer no mínimo 40 km de distância entre a residência e o local visitado, enquanto o governo canadense estipulou um percurso de pelo menos 80 km (PALHARES, 2002).

No Brasil não há uma distância mínima entre residência/ domicílio e destino turístico, em qualquer localidade onde não se estabelece relação de familiaridade pode-se ter turismo, inclusive dentro de um mesmo município. Considerando esse aspecto e entendendo o estranhamento ou mobilização afetiva como critério para a determinação de uma prática como turística, Gastal e Moesch (2007) propõem o turismo cidadão. Este desenvolve ações que promovem um conhecimento do espaço cotidiano, descobrindo no município de residência ou domicílio outras culturas, formas étnicas e oportunidades de lazer. A partir da fruição destes lugares o estranhamento inicial é substituído por uma relação de pertencimento e identificação, que pode criar um cidadão consciente, ampliando suas fronteiras territoriais sem precisar de grandes deslocamentos físicos (GASTAL; MOESCH, 2007).

2.3 Temporalidade

Ao mencionar a necessidade de estar fora do domicílio, faz-se imperativo atribuir um tempo, pois o turismo é caracterizado como viagem de ida e volta. Neste sentido, há um esforço dos que definem turismo em estabelecer um tempo de permanência, e isto é

notado nas definições técnicas de organismos internacionais, a exemplo da Organização Mundial do Turismo - OMT (1999):

O turismo compreende as atividades realizadas pelas pessoas durante suas viagens e estadias em lugares diferentes de seu entorno habitual, por um período de tempo consecutivo inferior a um ano, tendo em vista lazer, negócios ou outros motivos não relacionados ao exercício de uma atividade remunerada no lugar visitado.

Assim, a definição da OMT (1999) estabelece um tempo máximo, sem se ater ao mínimo, apesar de não mostrar essa diferença, já houve essa preocupação. De acordo com Gilbert (1990), Cunha (2012) e Beni (2019), as Nações Unidas e a OMT, na Conferência sobre Viagens Internacionais, em 1963, apresentou as diferenças técnicas existentes entre ‘visitante’, ‘turista’ e ‘excursionista’, estabelecendo como principal critério o tempo mínimo de permanência.

Nas definições oficiais apresentadas em 1963, os ‘excursionistas’ ou ‘visitantes de um dia’ podem ser entendidos como aqueles que permanecem no destino turístico por menos de 24 horas, enquanto os turistas devem ficar por um período igual ou superior a 24 horas. Posteriormente, a OMT omitiu o aspecto do tempo mínimo apresentando apenas o máximo, que anteriormente não aparecia na definição de turismo, mas apenas de viagem (CUNHA, 2012).

Dessa forma, entende-se que a temporalidade que define o turista, e por consequência o turismo, é igual ou superior a 24 horas (GILBERT, 1990). Considerando que turista é categorizado como visitante, e que este é qualquer pessoa que viaja para um lugar que não o seu entorno habitual por menos de 12 meses (CUNHA, 2012), então turista é aquele que permanece por um período igual ou superior a 24 horas e inferior a 12 meses de forma consecutiva.

Essas definições temporais foram criadas como um instrumento para o desenvolvimento de estatísticas internacionais (Beni, 2019), dessa maneira, a prática turística não se enquadra necessariamente nessa delimitação. Isto pode ser percebido na ‘definição’ de turista dada pelas diversas embaixadas ao conceder vistos. O prazo de validade para o visto é variável e leva em consideração diversos fatores, inclusive, e principalmente, aqueles de natureza política. Há países que estabelecem prazos de até 10 anos, enquanto outros emitem autorizações que duram dias, o mais comum é estabelecer prazos de 90 dias a 6 meses, podendo ampliar caso o visitante seja categorizado como estudante.

2.4 Objeto do Turismo

O objeto do turismo são os elementos concretos da atividade, de acordo com Beni (2019), consistem tanto nos equipamentos como no fornecimento dos serviços direcionados para satisfazer as necessidades dos turistas, são esses responsáveis por produzir, preparar e distribuir bens e serviços turísticos. Nota-se que o turista acaba por consumi-lo quando realiza uma prática turística, mesmo que não fique hospedado em um meio de hospedagem, por exemplo, acabará por utilizar outros objetos do turismo como serviço de alimentação, museu, praia, transporte turístico, etc.

2.5 Aspectos laborais voltados ao entendimento sobre Turismo

Ao definir turismo é comum ser citada a não realização de atividade remunerada (CUNHA, 2012) como fator necessário para que o turismo aconteça. Isto porque entende-se que quando a motivação é realizar atividade remunerada há apenas a realização de uma prática laboral. Assim, apesar de atividades relacionadas a negócios pôde resultar em turismo de negócios, outras atividades laborais não o são. Além disso, outras práticas que agregam ‘trabalho’ e turismo, por vezes, geram dúvidas naqueles que estão iniciando o estudo no turismo.

2.5.1 Turismo de negócios como prática turística

Ao entender apenas o que vem a ser negócio faz-se uma relação com atividade remunerada, o que corroboraria a percepção de uma prática não turística. Além disso, o turismo é associado a livre escolha, ou seja, o turista tem a possibilidade de escolher o destino a ser visitado e optar por realizá-lo ou não, o que no turismo de negócios pode não acontecer (CUNHA, 1997). Apesar disto, as características em que os negócios acontecem são tão distintas e agregam aspectos tipos das práticas turísticas, que são percebidos como turismo.

O turismo de negócios deve corresponder a um deslocamento não habitual, aonde não se vai de encontro ao trabalho diário (PALHARES, 2002), representa uma quebra na rotina (WOOTTON; STEVENS, 1995). Considerando isto e observando que envolve outras atividades, além das negociais, que acontecem conjuntamente como *city tours*, hospedagem, utilização de serviços de alimentos e bebidas (A&B), entretenimento, etc., pode-se notar que se trata de uma forma de turismo. Ademais, há uma tendência contemporânea da agregação de atividades de lazer ao trabalho, conhecido como *bleisure*, onde tem-se uma combinação de turismo com obrigações profissionais, modificando as fronteiras existentes entre as viagens de negócio e atividades de lazer (LICHY; MCLEAY, 2018).

2.5.2 Práticas de ‘turismo’ alternativo: volunturistas e mochileiros

As práticas realizadas por volunturistas e mochileiros são caracterizadas por alguns como turismo alternativo, pois apresentam características que fogem do *mainstream* do turismo. Ainda é possível dar-se a denominação de ‘turismo de juventude’ aos mochileiros (GIARETTA, 2003) ou observar os mochileiros [e até mesmo os volunturistas] como uma nova categoria de visitantes ou de viajantes.

No entanto, no que se refere ao turismo voluntário, Wearing (2001) o entende como sendo atividades desenvolvidas por turistas que se voluntariam de maneira organizada para que suas férias envolvam ajuda ou alívio da pobreza material de grupos da sociedade, restauração de ambientes ou pesquisa sobre a sociedade ou meio ambiente. Dessa forma, o volunturista realiza atividade laboral não remunerada, com rotina de ‘trabalho’ flexível e distante do seu local de convívio habitual.

Pode-se observar o turismo voluntário como uma nova articulação entre lazer e trabalho voluntário, apresentando maior flexibilidade do que o turismo de negócios, já que o viajante escolhe o local visitado, tempo de permanência e todas as atividades que quer realizar, tendo como maior similaridade a possibilidade de integrar momentos de lazer com ‘trabalho’, sendo esse último necessariamente sem remuneração. Há pacotes de turismo voluntário que oferecem opções de lazer para que o turista escolha as

atividades que quer realizar, de forma similar a um turista de lazer tradicional (WU; FU; KANG, 2018).

A ideia de prestar ajuda encontra-se atrelada ao volunturismo (WEARING, 2001), no entanto, a forma como o auxílio ocorre pode ser discutível. A contribuição prestada não é motivada apenas pelo altruísmo - alívio da pobreza, realização de pesquisa ou recuperação ambiental -, mas dar-se em situações que fogem do escopo apresentado por Wearing (2001). Há casos de ‘turismo’ voluntário em megaeventos esportivos particulares e iniciativas voltadas exclusivamente a melhoria do currículo.

Notam-se ações de ‘turismo’ voluntário divulgadas em plataformas colaborativas como a *worldpackers* que oferecem a troca de trabalho voluntário em empreendimentos diversos, inclusive em meios de hospedagem, com cargas horárias semanais superiores a 30 horas, por hospedagem gratuita com ou sem refeições inclusas. Essa modalidade denominada na plataforma de ‘turismo voluntário’, se aproxima da prática mochileira. Considerando que os serviços não são prestados apenas para instituições sem fins lucrativos, não seria essa uma forma de exploração do ‘turista-mochileiro’ ou ‘turista-voluntário’? Além disso, será que o ‘trabalho’ dos ‘turistas’ – em empreendimentos turísticos ou em megaeventos - pode gerar impactos negativos por representar a substituição dos ‘turistas’ por trabalhadores formais?

A rigor as modalidades de mochileiro e volunturista não constam no *hall* de práticas da OMT, no entanto, há pesquisadores de turismo que entendem o turismo voluntário como uma modalidade turística, isto pode ser percebido nos estudos de Wearing (2001), Nascimento (2012), Wearing e McGehee (2013), Kainthola, Tiwari e Chowdhary (2021), entre outros. Possivelmente o dissenso existente é a linha que separa o turismo voluntário de outras práticas de viagem, que se classificam como tal. Assim, ainda são necessários mais estudos para entender se a prática de permuta de trabalho em empresa privada por hospedagem pode ser enquadrado como ‘turismo’, mochilismo ou alguma outra prática.

Para Giaretta (2003), o mochilismo é uma prática turística, mas ao considerar a possibilidade de realização de atividade laboral pelo visitante e secundariamente sua duração, pode ser visto de outra forma. De acordo com Avelar et al. (2022), trata-se de uma forma de viagem não institucionalizada que envolve sofrimento (os ‘perrengues’ das viagens), busca por lugares remotos / históricos, viagens baratas com maior duração, interações autênticas e experiências que fujam do padrão, assim, não é vista pelos autores como uma prática turística.

3 METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa do tipo qualitativa de natureza bibliográfica, cujos aspectos de análise foram selecionados a partir de dúvidas de discentes do primeiro período de cursos correlatos ao turismo, dos níveis superior e técnico subsequente, de uma IFE, nos componentes curriculares ‘fundamentos do turismo’ e ‘introdução ao estudo do turismo e da hospitalidade’, onde percebem-se dúvidas recorrentes.

A priori, em 2012, não havia a intenção de realizar uma pesquisa desta natureza, o propósito era registrar as dúvidas para facilitar o processo de ensino-aprendizagem. Assim, de 2012 a 2016, foram observadas as principais dúvidas dos discentes e notou-se que havia recorrência de algumas temáticas, sendo assim, a partir de 2017 passou-se a registrar sistematicamente o conteúdo das perguntas feitas pelos alunos – criando

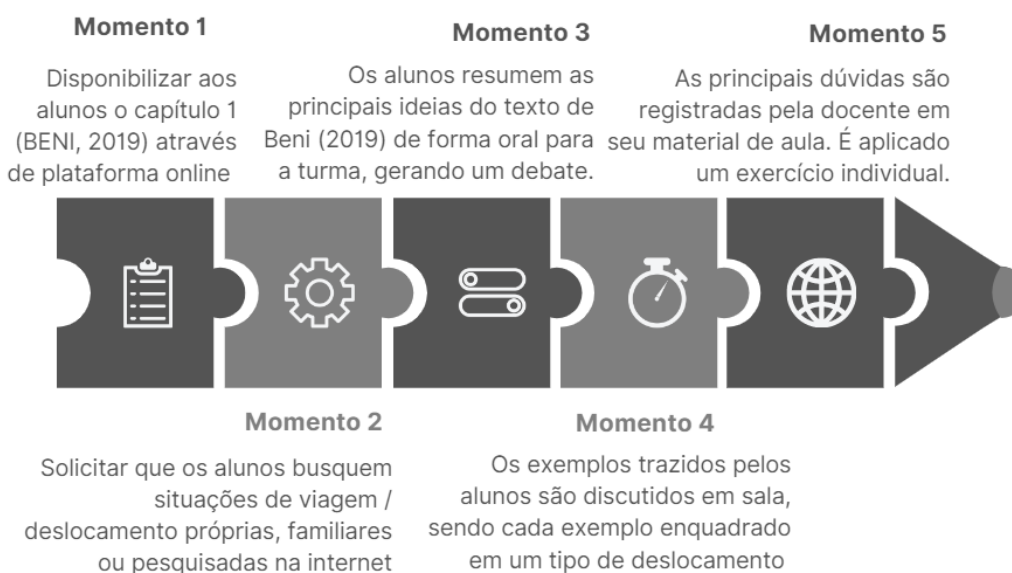
categorias para agrupar as dúvidas - e realizando uma contagem simples das temática de cada pergunta, relacionando-a também a turma e ano/ semestre, em que a mesma surgia.

Para levantar as dúvidas foi usada uma estratégia baseada na sala de aula invertida, onde os fatores que compõe o turismo são estudados através da leitura do primeiro capítulo do livro “Análise estrutural do turismo” de Beni (2012 [2019]), posteriormente os alunos trazem casos reais de pessoas em deslocamento – pode ser algum parente que viaja ou uma pessoa famosa se deslocando -, dessa maneira, os próprios alunos tentam categorizar as situações apresentadas como turismo ou outro tipo de deslocamento, após essa categorização os casos apresentados são discutidos em sala por toda turma. A partir da leitura de Beni (2012, 2019) e das situações de viagem trazidas pelos alunos são discutidos os fatores determinantes do turismo, sendo o conteúdo dos questionamentos registrados pela pesquisadora, inicialmente o registro se dá como uma lâmina adicional nos *slides* da docente. Finaliza-se com a aplicação de um exercício sobre pessoas viajando em diferentes contextos.

Após a realização das aulas, dados voltados à frequência e conteúdo dos questionamentos são registrados em uma planilha do excel.

Na figura 1, a seguir, é possível observar a estratégia didática utilizada nas aulas (de 2017 a 2022) e que serviu de base para a coleta de dados da pesquisa.

Figura 1 – Síntese do processo pedagógico e metodológico



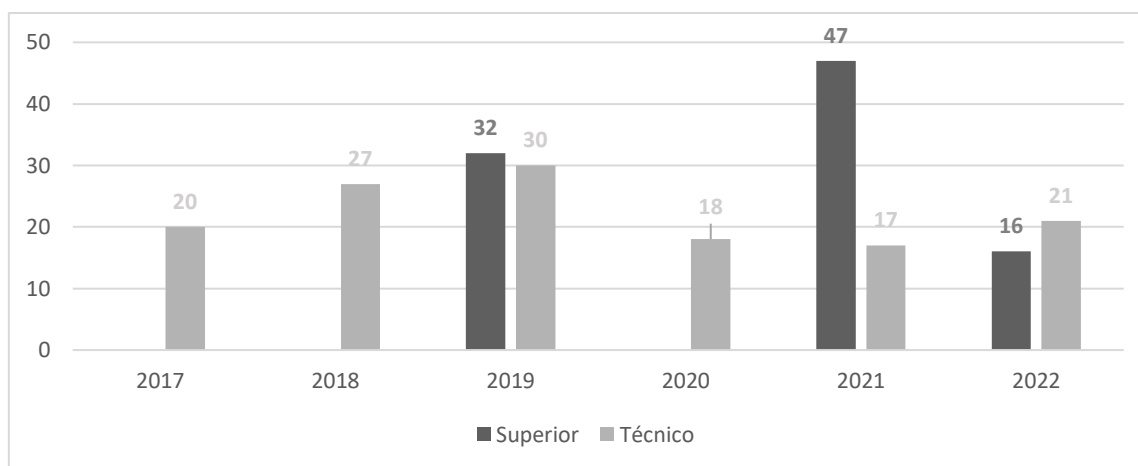
Fonte: Elaboração própria (2023).

Apesar da estratégia mostrar-se eficiente, houve situações em que foi limitada. Por ser uma prática que depende do aluno, quando os mesmos não faziam a leitura era necessário separar um tempo adicional em sala para ler e buscar exemplos.

A coleta de dados deu-se de 2017 a 2022 para o registro da frequência simples e do conteúdo das perguntas – categorizando-as em grupos de análise. Durante esse tempo foram lecionados componentes curriculares associados a fundamentos/ introdução ao turismo para 228 discentes, sendo excluídos os reprovados por falta e a contagem em duplicata, ou seja, alunos que cursaram mais de uma vez o componente, foram contados uma única vez, destes tem-se 95 do curso superior e 133 do técnico.

A maior quantidade de alunos do curso técnico é justificada devido a IFE, em que a pesquisa foi realizada, ter iniciado a oferta do curso superior em 2019, enquanto o curso técnico iniciou suas atividades em 2010, ou seja, antes da pesquisa ter-se iniciado. A seguir é possível visualizar o gráfico 1, que ilustra a quantidade de discentes e sua distribuição por ano letivo em que cursaram os componentes curriculares e por nível educacional (curso superior ou técnico subsequente).

Gráfico 1 – Quantidade de alunos versus Nível educacional



Fonte: Dados da Pesquisa (2023).

A partir das categorias levantadas e do conteúdo dos questionamentos fez-se pesquisas bibliográficas em livros e periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) nas bases de dados Web of Science e Scopus.

4 RESULTADOS

Objetivando facilitar a apresentação dos resultados foi elaborado o quadro 1, que sintetiza os resultados da pesquisa. O conteúdo da pergunta não corresponde a uma transcrição exata do questionamento feito pelo discente, mas a uma aproximação, a qual considera os principais aspectos das perguntas feitas. E nota-se no quadro 1 a presença de diferentes cores, as quais representam a frequência (elaborada a partir de uma escala likert composta por sempre, muito frequente, frequência média e frequência baixa). Considera-se como ‘sempre’ a pergunta feita por todas as turmas onde se lecionou o conteúdo, ‘muito frequente’ como uma pergunta que costuma aparecer ao menos uma vez por semestre ou ano, ‘frequência média’ dar-se em anos ou semestres alternados, mas sem depender da ocorrência de uma situação específica, ao contrário das com frequência baixa que dependem de algum acontecimento específico.

Quadro 1 - Dúvidas apresentadas versus Respostas baseadas em pesquisa bibliográfica

Dúvida do estudante	Resposta baseada nas pesquisas apresentadas	Referencial utilizado
<p>P.1 - Tem que ficar hospedado em hotel para ser turista?</p> <p>Unidade de análise: Objeto do turismo</p>	<p>Não é necessário consumir diárias em meios de hospedagem, há turistas que ficam hospedados na casa de familiares e/ou amigos. A prática turística não depende dos meios de hospedagem tradicionais, pode-se usar meios extra-hoteleiros, casa de amigos e parentes, casa própria, etc.</p>	<p>Davies e Mangan (1992); Sainaghi e Baggio (2020)</p>
<p>P.2 - Pessoas que viajam a trabalho não são turistas?</p> <p>Unidade de análise: Trabalho</p>	<p>Depende, deve-se analisar a natureza do deslocamento, por exemplo, se o indivíduo trabalha em São Paulo, mas mora em Campinas e vai três vezes na semana para São Paulo, não é turismo. No entanto, se a viagem se encontra associada a quebra da rotina, em local que não se é familiarizado, envolvendo outras atividades, pode-se ter turismo, por exemplo, participar de uma convenção empresarial pode ser turismo de negócios e eventos, ou dependendo da forma de 'trabalho' (humanitário/ ambiental) pode-se ter o volunturismo.</p>	<p>Palhares (2002); Beni (2019); Harris e Pressey (2021)</p>
<p>P.3 - Durante a pandemia visitei <i>sites</i> de destinos turísticos, fiz turismo?</p> <p>Unidade de análise: Deslocamento</p>	<p>Apesar da denominação 'turismo' virtual, de acordo com a OMT há necessidade de deslocamento físico. Mesmo ao observar o que viria a ser <i>etourism</i> ou turismo virtual não seria apenas visitar <i>sites</i> de destinos turísticos necessitaria de uma maior interação para ser percebido como 'turismo' virtual.</p>	<p>Guttentag (2010); Pilarska e Tomczykowska (2018); Jarratt (2021)</p>
<p>P.4 - Moro em outra cidade e viajo para assistir aula, é turismo?</p> <p>Unidade de análise: Deslocamento</p>	<p>Não, você está apenas viajando, mas não é uma viagem turística. Trata-se de um deslocamento habitual, que envolve apenas acesso a IFE. Situação similar acontece quando se trabalha em um município diferente do que se mora.</p>	<p>Jaakson (1986); Palhares (2002); Hue (2009)</p>

<p>P.5 - Sai com minha família e conheci vários lugares do município em que moro que eu não conhecia antes, vi a cidade de outra forma, é turismo?</p> <p>Unidade de análise: Deslocamento</p>	<p>Há a proposta de uma modalidade de turismo - turismo cidadão -, que considera uma prática desse tipo como turística, pois são lugares estranhos a você e sua família, no entanto, para fins oficiais, por exemplo, de estatística não será visto como turismo. Ainda é necessário ser estabelecida maior discussão entre os órgãos oficiais para perceber determinadas práticas como afinadas com o turismo e/ ou excursionismo. E lembre-se da temporalidade do deslocamento.</p>	<p>Gastal e Moesch (2007)</p>
<p>P.6 – Um parente tem uma casa de praia, às vezes vou para lá, então, não é turismo por que a casa é da família?</p> <p>Unidade de análise: Objeto do turismo</p>	<p>Não é a propriedade da residência que define se é turismo ou não. É possível considerar turismo mesmo que a casa seja de propriedade sua, isto acontece no turismo de segunda residência, a questão principal é a relação que se tem com o local visitado. É considerada uma quebra de rotina ou faz parte de um aspecto cotidiano? Consiste em seu ‘entorno habitual’ ou não? Quanto tempo fica?</p>	<p>Jaakson (1986); Palhares (2002); Wu, Hannam & Xu (2018)</p>
<p>P.7 - Há uma distância mínima de viagem para ser turismo?</p> <p>Unidade de análise: Deslocamento</p>	<p>Não, no Brasil não é estabelecida uma distância mínima a ser percorrida para que o turismo aconteça. Há países que estabelecem uma determinada distância entre o local visitado e a residência, mas isto não acontece no Brasil.</p>	<p>Palhares (2002)</p>
<p>P.8 - Fiz intercâmbio de estudo para o exterior, através de um programa do Governo, eu era turista?</p> <p>Unidade de análise: Deslocamento</p>	<p>Oficialmente é necessário observar o tempo que passou no local, mas se você se enquadrar na temporalidade estabelecida, provavelmente praticou o turismo de estudos e intercâmbio. Esse tipo de turismo pode acontecer dentro ou fora do país em que você reside, há pessoas que acham que só pode acontecer quando viajamos para o exterior, mas isso não é verdade.</p>	<p>Shelby (2021)</p>

<p>P.9 - Para ser considerado turista ao viajar para o exterior a pessoa tem que ter visto e passaporte?</p> <p>Unidade de análise: Questões legais</p>	<p>Não, uma coisa é o visto e outra o entendimento sobre turismo. Há países em que se pode viajar sem visto ou passaporte. Em países que exigem passaporte e visto, é feita a separação entre ‘turista’ e ‘estudante’. Na prática sabe-se que muitas pessoas que fazem um curso em outro lugar acabam por aproveitar o tempo livre para realizar turismo (‘turismo de estudos e intercâmbio’). Assim, há pessoas que não têm visto de turista, mas que na prática se comportam como turistas, e outras que entram ilegalmente, estabelecendo residência permanente, sendo percebidos como imigrantes ilegais. Ainda há o turismo doméstico, onde na maioria das vezes não é necessário visto.</p>	<p>Neumayer (2006, 2010)</p>
<p>P.10 - As pessoas de outros estados que viajaram para trabalhar na Copa, sem receber salário são turistas?</p> <p>Unidade de análise: Trabalho</p>	<p>Muitos teóricos do turismo consideram essa modalidade como turismo - voluntário ou volunturismo - mas oficialmente não é reconhecida. No entanto, considerando que o turista não estabelece atividade remunerada, mas apenas vivencia uma experiência associada ao megaevento esportivo, é possível ser considerado turismo, porque atende os critérios que o definem, desde que a vivência seja fora do cotidiano.</p>	<p>Baum e Lockstone (2007); Karlis et al. (2020)</p>
<p>P.11 - E os jogadores? Os jogadores estrangeiros que vão a outro país para participar de uma competição são turistas?</p> <p>Unidade de análise: Trabalho</p>	<p>Há pessoas que viajam para realizar atividades esportivas, mas tendo além da prática esportiva como <i>hobby</i> a intenção de conhecer o local visitado, neste caso se tem o turismo esportivo. Assim, atletas profissionais não tem como motivação conhecer o lugar que estão visitando, mas realizar a prática esportiva, que é o seu trabalho. Trata-se de um deslocamento de encontro ao trabalho.</p>	<p>Gammon e Robinson (2003); Gozalova et al. (2014)</p>
<p>P.12 - E o mochileiro? É um tipo de turista?</p> <p>Unidade de análise: Tipologia turística</p>	<p>Cada mochileiro pode apresentar comportamento diferente, mas há mochileiros que exercem atividade laboral, o que o distancia do turismo. O mochilismo é uma atividade afim ao turismo, como o mochileiro pode trabalhar nos locais que visita e muitas vezes não possui uma organização em sua prática, não é considerado turista. Mas há teóricos e estudiosos do turismo que consideram o mochileiro como um turista (do tipo explorador).</p>	<p>Avelar et al (2022); Chen e Huang (2019); Giaretta (2003);</p>

<p>P.13 - Excursionista é aquele que participa de viagem de ônibus?</p> <p>Unidade de análise: Tipologia turística</p>	<p>Não, não é necessário estar em um ônibus, essa denominação é dada a visitantes que permanecem no local visitado por menos de 24 horas, independente do meio de transporte que utiliza. Há cruzeiros marítimos que ao aportar ficam nas cidades por um período inferior a 24 horas, neste caso, os visitantes são considerados excursionistas. Não depende do meio de transporte que usa.</p>	<p>Gilbert (1990); Cunha (2012); Beni (2019).</p>
<p>P.14 - É só viajar para ser turista? Turista, visitante e viajante são sinônimos?</p> <p>Unidade de análise: Tipologia turística</p>	<p>Não, todas essas práticas necessitam de deslocamento, mas há diferenças. Os turistas e excursionistas são visitantes, entre excursionistas e turistas tem-se como diferença o tempo de permanência. Quanto aos viajantes, são aqueles que se deslocam, nesta categoria tem-se os visitantes, imigrantes, passageiros, etc.</p>	<p>Gilbert (1990); Cunha (2012); Beni (2019).</p>
<p>P.15 - Durante a visita que fizemos a cidade vizinha éramos turistas?</p> <p>Unidade de análise: Deslocamento</p>	<p>Não, para ser turista o visitante tem que passar no mínimo 24 horas, por isso não podemos ser considerados turistas, pois voltamos no mesmo dia, ficamos apenas algumas horas.</p>	<p>Gilbert (1990); Cunha (2012); Beni (2019).</p>
<p>P. 16 - E se a pessoa não tiver uma casa? Pessoas nômades são turistas?</p> <p>Unidade de análise: Mobilidade</p>	<p>Os nômades entram na categoria de viajantes, pois não possuem necessariamente um entorno habitual. Há situações em que os nômades ficam restritos a uma região específica ou país, o qual pode ser considerado seu entorno habitual, nesta situação ao sair deste local pode ser visto como visitante.</p>	<p>Kannisto (2016); Palhares (2002).</p>

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

	Sempre, perguntas são feitas todas as vezes em que o conteúdo é estudado
	Muita frequência, aparecem ao menos uma vez por semestre/ ano, mas não em todas as turmas
	Frequência média, questionamento aparecem em semestre/ ano alternados
	Frequência baixa, pois são influenciadas por determinado contexto ou acontecimento

4.1 Objeto do Turismo

Os questionamentos relativos a objeto do turismo (P.1 e P.6) associam a utilização de serviço visto como turístico, a exemplo do meio de hospedagem, a prática do turismo. No entanto, o tipo do empreendimento no qual o turista se hospeda e aspectos voltados a sua propriedade não definem se um deslocamento é turístico ou não, pois pode-se realizar turismo de segunda residência em casa própria ou de outras pessoas (amigos e família), tem-se inclusive casos em que a realização de turismo acontece mesmo ao utilizar meios alternativos de hospedagem.

4.2 Trabalho

As perguntas relativas a atividade laboral (P.2, P.10 e P.11) envolvem tanto situações gerais de trabalho (P.2), como casos específicos, em P.10, referente as atividades de trabalho voluntário exercido por pessoas que atuaram em megaeventos esportivos – como a Copa do Mundo – e em P.11, os jogadores que viajam para participar de eventos competitivos. Nota-se que, geralmente, quando se viaja a trabalho, ou seja, de forma remunerada, não se está realizando turismo, isto acontece também com atletas profissionais, onde as competições são vistas como uma espécie de deslocamento de encontro ao trabalho, e que não são espontâneas, pois o atleta profissional é obrigado a participar de determinadas competições, isto não ocorre com um atleta amador, que pode estar realizando turismo esportivo, pois agrega aspectos turísticos a sua viagem e pode decidir se quer ir ou não para determinado destino. No entanto, quando se tem uma atividade voluntária como é o caso das pessoas que trabalhavam na Copa do Mundo não há uma definição clara, sendo, no entanto, considerando por muitos pesquisadores, a exemplo de Karlis et al. (2020), Baum e Lockstone (2007), como uma modalidade turística conhecida como volunturismo.

As perguntas P.10 e P.11 aconteceram naturalmente apenas quando se tinha megaeventos esportivos, como Copa do Mundo e Olimpíadas - próximos de acontecer ou ocorrendo -, assim, notou-se que estão associadas a contextos específicos.

4.3 Deslocamento

A temática do deslocamento foi aquela em que se teve maiores dúvidas, sendo feitas seis perguntas (P.3, P.4, P.5, P.7, P.8 e P.15), com questionamentos realizados com frequências diferentes, inclusive com a P.4, pergunta feita sempre pelos alunos. Acredita-se que a P.4 aparecia sempre devido a características próprias do corpo discente, pois em todas as turmas havia mais de um aluno que residia em um município diferente daquele onde se localiza o *campus* da IFE. E nesta situação nota-se que se trata de deslocamentos para local habitual, envolvendo a realização de atividade recorrente, assim, não se tem uma prática turística (PALHARES, 2002).

Durante a pandemia surgiu questionamento voltado a consulta de *sites* sobre destinos turísticos como sendo uma prática turística (P.3), no entanto, os órgãos oficiais observam que para realizar turismo é necessário o deslocamento físico, entendendo os *sites* com informações de destinos como uma prática de *marketing* e/ou divulgação.

Como um desdobramento da pandemia, os deslocamentos ocorreram para locais mais próximos da residência habitual, assim, surgiram perguntas como P.5, P.7 e P.15, onde busca-se traçar uma distância específica a ser percorrida para a realização da prática

turística, seja através do estabelecimento de uma quilometragem mínima a ser percorrida ou ao cruzar diferentes fronteiras geográficas. No Brasil não existe a definição de que o turismo só ocorre em municípios diferentes do local de residência/ domicílio ou mesmo que se torna necessário se distanciar uma quantidade específica de quilômetros para se ter turismo. O critério, neste caso, encontra-se associado a familiaridade com o local visitado, além aspectos técnicos (como temporalidade).

A questão P.8 reflete a existência de uma política pública do estado em que alunos do ensino médio de escolas públicas são selecionados para realização de intercâmbio gratuito em instituições de ensino no exterior. Nos cursos de hospedagem e hotelaria há alguns alunos que foram contemplados por esse programa ou mesmo que têm familiares que participaram, esse questionamento aparece com muita frequência durante as aulas. E nota-se que aqueles (alunos ou familiares) que participaram do programa podem ser enquadrados como turistas de estudos e intercâmbio.

4.4 Tipologia turística

Aspectos técnicos voltados a tipologia do turismo também podem aparecer com maior ou menor frequências. Ao tentar entender o que são viajantes, visitantes, turistas ou excursionistas pode-se ter dúvidas. O questionamento mais frequente (P.14) é feito por alunos que não leram o material indicado previamente ou por aqueles que questionam como uma forma de confirmação de que os termos, que anteriormente eram vistos como sinônimos não o são. As perguntas P.12 e P.13 ocorreram com pouca frequência, a P.12 como desdobramento de uma discussão sobre troca de atividade laboral por hospedagem gratuita para viabilizar as viagens de pessoas que querem conhecer diferentes lugares do mundo, mas que não possuem condições financeiras para tanto. Para alguns discentes, situar o mochileiro como não-turista mostrou-se uma surpresa, mesmo ao analisar a prática de atividade laboral desempenhada por ele e o tempo em que passa fora de seu domicílio habitual, no entanto, oficialmente o mochileiro não pode ser categorizado como um turista.

A P.13 mostra algo similar a P.1 onde acredita-se que uma prática deve estar associada a utilização de algum serviço específico. Como o excursionismo caracteriza-se por uma permanência inferior a 24 horas, tem-se deslocamentos curtos, que podem ser feitos com ônibus, carro, bicicleta etc., o que não significa que para se praticar o excursionismo é necessária a utilização de um meio de transporte específico.

4.5 Questões legais

No que se refere a questões legais, apenas uma pergunta foi enquadrada dentro dessa temática, a P.9, sendo essa de baixa frequência. Inquirir sobre passaporte e/ou visto não é comum, mas aconteceu como um desdobramento de discussões que foram tecidas sobre a P.8, onde os requisitos legais para viajar ao exterior foram levantados. Nota-se que a definição de turista utilizada por embaixadas não corresponde necessariamente aquela que é estabelecida pela literatura, especialmente, ao observar o turista como aquele que fica por menos de um ano. Muitas embaixadas estabelecem um tempo inferior a três meses para caracterizar o turista. E nem todos os países exigem que se tenha visto ou passaporte para visitá-lo. Assim, não é adequado considerar a presença de visto ou de passaporte como um fator determinante para entender o que é o turismo, mesmo em países estrangeiros.

4.6 Mobilidade

A mobilidade é um tema emergente dentro dos estudos turísticos (COHEN; COHEN, 2012), mas apesar disso, a pergunta que envolveu de modo mais direto essa temática foi feita com baixa frequência e dentro de um contexto específico. Após um filme que trata da temática nômade (título original ‘Nomadland’) ter recebido o oscar fez-se pergunta sobre em quais situações o nômade pode ser caracterizado como turista, considerando que o mesmo não possui uma residência fixa, em uma única localidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estabelecer uma definição precisa do turismo é tarefa complexa, pois tem-se um conjunto extenso de práticas turísticas ou afins ao turismo e pesquisadores de diferentes áreas estudando-as, muitas vezes tentando enfatizar em suas definições aspectos próprios de suas áreas principais de estudo. Dessa maneira, quanto mais pesquisadores de turismo existirem maiores serão as práticas percebidas, isto poderá acarretar em um aumento na quantidade de imprecisões ou de diferentes percepções. Dessa maneira, a existência de fatores comuns as definições de turismo - a exemplo de deslocamento, temporalidade, objeto do turismo e permanência fora do domicílio, apresentados por Beni (2019) -, auxiliam sobremaneira o aluno que está iniciando seus estudos no entendimento sobre o que vem a ser turismo, no entanto, também suscitam questionamentos frente as novas práticas, isto porque o turismo é de difícil delimitação.

O fato de não existir uma definição precisa e única não é necessariamente algo ruim, conforme afirma Panosso Netto (2010), apesar da busca por uma definição do turismo ser significativa, pode ser problemática, pois apresentará sempre uma limitação, excluindo aspectos que podem ser importantes para a percepção total de uma prática heterogênea. Além de que, o esforço para a elaboração de uma definição completa do turismo pode responder parcialmente as imprecisões que existem, mas, provavelmente, irá se mostrar débil em um futuro próximo, onde novas modalidades surgiram. Assim, o essencial para aquele que está iniciando os estudos na área é possuir uma visão ampla a qual abarque a percepção dos fatores que definem o turismo, mas não de forma reducionista, é essencial desenvolver a criticidade, refletindo sobre novas práticas e seus possíveis impactos sobre a sociedade.

Dessa maneira, ponderar sobre novas práticas afins ao turismo, mesmo que essas não sejam reconhecidas por órgãos oficiais, como ‘turismo’ virtual, volunturismo, ‘turismo’ cidadão, mochilismo, ‘turismo’ *dark*, ‘turismo’ de guerra, etc., torna-se essencial. Há questões emergentes que devem ser discutidas como mobilidade, utilização de realidade virtual / aumentada e aspectos de ordem ética presentes, por exemplo, no ‘turismo’ de morte assistida (PRATT; TOLKACH; KIRILLOVA, 2019), ‘turismo’ sexual, mochilismo, ‘volunturismo’, etc., que necessitam ser melhor analisadas e discutidas, mas não para categorizá-las posicionando-as em caixas conceituais específicas, estabelecendo limites rígidos para separá-las, e sim para perceber seus rumos, observando formas de minimizar os danos que podem vir a causar e maximizando seus benefícios ou desenvolvendo instrumentos legais para impedir sua expansão. Por conseguinte, recomenda-se a realização de mais pesquisas no Brasil sobre práticas vistas como afins ao turismo, observando locais onde existem iniciativas desta natureza e analisando-as de forma crítica.

Isto deve ser considerado, pois acredita-se que as novas práticas turísticas ou afins ao turismo são um movimento duradouro, não consistindo numa substituição entre modalidades turísticas, mas em um processo de coexistência. A história do turismo tem mostrado que o mais provável é que se tenha a formação de uma realidade múltipla, composta por diferentes práticas que coexistem, tornando a definição do turismo a cada dia que passa uma tarefa ainda mais árdua, que exigirá mais criticidade.

REFERÊNCIAS

- ACERENZA, M. Á. **Administração do turismo**. Bauru: EDUSC, 2002.
- AVELAR, M. D.; DANTAS, M. L.; CONCEIÇÃO, R. A. M. Mochileiros no Brasil: motivações de viagens e perfil dos viajantes. **Revista turismo em análise**, 33 (1), 50 – 71, 2022.
- BARGEMAN, B.; RICHARDS, G. A new approach to understanding tourism practices. **Annals of tourism research**, 84, 2020.
- BARRETTO, M. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. 2. ed. São Paulo: Papyrus, 2014.
- BAUM, T.; LOCKSTONE, L. Volunteers and mega Sporting events: developing a research framework. **International Journal of Events Management Research**, 3 (1), 2007.
- BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. 14. ed. São Paulo: SENAC, 2019.
- BISPO, M. de S. Tourism as practice. **Annals of tourism research**, v. 61, 170 – 179, 2016.
- BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil, 2002. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406compilada.htm>. Acesso em 20 set. 2023.
- BUHALIS, D. Technology in tourism – from information communication Technologies to Tourism and smart tourism towards ambient intelligence tourism: a perspective article. **Tourism review**, 75 (1), pp. 267 – 272, 2020.
- CHEN, G.-H.; HUANG, S. Backpacker tourism: a perspective article. **Tourism review**, 75 (1), pp. 158 – 161, 2019.
- COHEN, E.; COHEN, S. A. Current sociological theories and issues in tourism. **Annals of tourism research**, 39 (4), pp. 2177 – 2202, 2012.
- CORRÊA, O. P. **Uma indústria chamada turismo**. Rio de Janeiro: Clube dos autores, 2012.
- CUNHA, L. **Economia e política do turismo**. Portugal: McGraw Hill, 1997.
-

- CUNHA, L. The definition and scope of tourism: a necessary inquiry. **Cogitur: Journal of tourism studies**, 5 (21), pp. 91 – 114, 2012.
- DAVIES, B.; MANGAN, J. Family expenditure on hotels and holidays. **Annals of tourism research**, 19 (4), pp. 691 – 699, 1992.
- FERREIRA, L. D. de O.; SILVA, A. M. M. X. da; LIMA, D. S. de M., SILVA, J. R. H. da; ALEXANDRE, M. L. de O. Construção epistemológica da pesquisa em turismo: um estudo em teses e dissertações. **Revista eletrônica de administração e turismo**, 13 (2), 21 – 36, 2019.
- FRANKLIN, A. Tourism as an ordering: towards a new ontology of tourism. **Tourist studies**, 4(3), pp. 277 – 301, 2004.
- FUSTER, F. L. **Teoría y técnica del turismo**. Madrid: Nacional, 1974.
- GAMMON, S.; ROBINSON, T. Sports and tourism: a conceptual framework. **Journal of sport tourism**, 8 (1), pp. 21 – 26, 2003.
- GASTAL, S.; MOESCH, M. M. **Turismo, políticas públicas e cidadania**. São Paulo: Aleph – (série turismo), 2007.
- GIARETTA, M. J. **Turismo da juventude**. Barueri: Manole, 2003.
- GILBERT, D. C. Conceptual issues in the meaning of tourism. In Williams, S. (ed.). **Tourism: critical concepts in the social sciences**, 1990.
- GOZALOVA, M.; SHCHIKANOV, A.; VERNIGOR, A.; BAGDASARIAN, V. Sports tourism. **Polish Journal of Sport and Tourism**, 21 (2), pp. 92 – 96, 2014.
- GUTTENTAG, D. A. Virtual reality: applications and implications for tourism. **Tourism management**, 31, pp. 637 – 651, 2010.
- HARRIS, L. C.; PRESSEY, A. The myth of business tourist idiosyncrasy. **Annals of tourism reaserch**, 91, 2021.
- HOUNSELL, M. da S.; TORI, R.; KIRNER, C. Realidade aumentada. In TORI, R.; HOUNSELL, M. da S. (eds.). **Introdução a realidade virtual e aumentada**. Porto Alegre: SBC, 2020.
- HUE, A. Many homes for tourism: re-considering spatializations of home and away in tourism mobilities. **Tourist studies**, 8 (3), 2009.
- JAAKSON, R. Second-home domestic tourism. **Annals of tourism research**, 13 (3), pp. 367 – 391, 1986.

JARRATT, D. Webcam-travel: conceptual foundations. **Annals of tourism research**, 91, 2021.

KAINTHOLA, S.; TIWARI, P.; CHOWDHARY, N. R. Deconstructing volunteer tourism. In HOLMES, K. et al. **The routledge handbook of volunteering in events, sports and tourism**. London: Routledge, 2021.

KANNISTO, P. **Global nomads and extreme mobilities**. Londres: Routledge, 2016.

KARLIS, G.; STRATAS, A.; HAMIDI, W.; KANTARTZI, M. Conceptualizing sport volunteer tourism: setting a direction for future research. **The Sport Journal**. June 5, 2020.

LAWS, E.; SCOTT, N. Tourism research: building from other disciplines. **Tourism recreation research**, 40(1), pp. 48 – 58, 2015.

LEIPER, N. The framework of tourism. **Annals of tourism research**, 6(4), pp. 390 – 407, 1979.

LEIPER, N. An etymology of “tourism”. **Annals of tourism research**, 10 (2), 277 – 230, 1983.

LICHY, J.; McLEAY, F. Bleisure: motivations and typologies. **Journal of Travel & Tourism Marketing**, 35 (4), 517 – 530, 2018.

MERKX, C.; NAWIJN, J. Virtual reality tourism experiences: Addiction and isolation. **Tourism management**, 87, 2021.

MOESCH, M. O domínio material e conceitual do turismo. In **Anais do II Seminário Anual da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Turismo**, 2005. Disponível em <https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/2/Artigo_23.pdf> Acesso em 30 set. 2023.

NASCIMENTO, R. C. Turismo e Voluntariado: um estudo sobre as publicações em revistas científicas nacionais e internacionais. **Revista turismo em análise**, 23 (2), pp. 265 – 285, 2012.

NAUTIYAL, R.; POLUS, R. Virtual tours as a solidarity tourism product? **Annals of tourism research empirical insights**, 2022.

NEUMAYER, E. Unequal access to foreign spaces: how states use vis restrictions to regulate mobility in globalized world. **Transactions of the Institute of British geographers**, 31 (1), pp. 72 – 88, 2006.

NEUMAYER, E. Visa restrictions and bilateral travel. **The professional geographer**, 62 (2), 2010.

- NOGUÉS-PEDREGAL, A. M. Anthropological contributions to tourism studies. **Annals of tourism research**, 75, pp. 227 – 237, 2019.
- PALHARES, G. L. **Transportes turísticos**. São Paulo: Aleph, 2002.
- PANOSSO NETTO, A. **O que é turismo**. São Paulo: Brasiliense. – (Coleção primeiros passos; 341), 2010.
- PANOSSO NETTO, A.; NOGUERO, F. T.; JÄGER, M. Por uma visão crítica nos estudos turísticos. **Revista turismo em análise**, 22 (3), 539 – 560, 2011.
- PANOSSO NETTO, A.; JÄGER, M. Robert Glücksmann (1877 – 1942): founder of Berlin School of Tourism Research. **Anatolia**, 27 (4), 567 – 576, 2016.
- PILARSKA, A. A.; TOMCZYKOWSHA, P. Virtual tourism space cities. **Journal of modern science**, pp. 317 – 344, 2018.
- PRATT, S.; TOLKACH, D.; KIRILLOVA, K. Tourism & death. **Annals of tourism research**, 78, 2019
- REN, C. (Staying with) the trouble with tourism and travel theory? **Tourist studies**, 21 (1), 2021.
- RODRIGUES, A. R. B. Lugar, não lugar e realidade virtual no turismo globalizado. **Revista do departamento de geografia USP**, 10, 73 – 78, 1996.
Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rdg/article/view/53705>>
Acesso em 18 jul. 2023.
- SAINAGHI, R.; BAGGIO, R. Substitution threat between Airbnb and hotels: myth or reality? **Annals of tourism research**, 83, 2020.
- SANTOS, L. O. da S.; CROTTI, M. Construção do conhecimento em turismo: um estudo preliminar com especialistas da área. **Revista de turismo contemporâneo**, 11(1), pp. 127 – 149, 2023.
- SHELBY, M. Mobile student experience: the place of tourism. **Annals of tourism research**, 90, 2021.
- SILVA, J. A, S. O turismo como atividade econômica: enfoque de demanda versus enfoque de oferta. **Revista de investigación en turismo y desarrollo local**, 1 (1), 2007.
- TAUFER, L.; FERREIRA, L. T. Realidade virtual no turismo: entretenimento ou mudança de paradigma? **Rosa dos ventos**, 11 (4), 2019.
- TRIBE, J.; LIBURD, J. The tourism knowledge system. **Annals of tourism research**, 57, pp. 44 – 61, 2016.
- URRY, J.; LARSEN, J. **The tourist gaze 3.0**. Londres: SAGE, 2011.
-

ZHANG, S-N.; LI, Y-Q; RUAN, W-Q; LIU, C-H. Would you enjoy virtual travel? The characteristics and causes of virtual tourists' sentiment under the influence of COVID-19 pandemic. **Tourism management**, 88, 2022.

WEARING, S. **Volunteer tourism: experiences that make a difference**. Sydney: CABI, 2001.

WEARING, S.; McGEHEE, N. G. Volunteer tourism: a review. **Tourism management**, 38, pp. 120 – 130, 2013.

WOOTTON, G.; STEVENS, T. Business tourism: a study of the market for hotel-based meetings and its contribution to Wales's tourism. **Tourism management**, 16 (4), pp. 305 – 313, 1995.

WU, D. C.; FU, H.; KANG, M. Why volunteer teaching tourism? Empirical evidence from China. **Asia Pacific Journal of Tourism Research**. v. 23(2), 109 – 120, 2018.

WU, Y. F.; HANNAM, K.; XU, H. G. Reconceptualising home in seasonal chinese tourism mobilities. **Annals of tourism research**, 73, pp. 71 – 80, 2018.

Determining factors to understand tourism: a brief discussion based on doubts presented by beginning students

Abstract

Students who begin their studies in tourism are faced with the need to understand what the real meaning of tourism is, because for many of them, their understanding is only based on common sense, which mixes the meaning of tourism with travel, leisure, vacations, hedonism, etc., believing these words are synonyms, which is not true, so the first step in their educational process is to understand what the word tourism really means. With the proposal to help these students, research was made, the beginning of this research was the main questions made by beginner's students. Over six years of teaching practice in initial curricular components of courses related to tourism (higher and technical) offered on a federal educational institution located in northeastern Brazil, the main doubts asked by students were compiled and based on these questions, bibliographical research was carried out seeking to answer their doubts directly. It was noted that aspects such as mobilities, new relations established between work and travel, temporality, new tourism practices, among other contemporary aspects, have made the understand of tourism much more complex, which requires beginner's students to develop a critical sense, only by doing that is possible to fully understand the meaning of tourism.

Key-words: *Tourism. Definition. Determinants. Reflection.*